



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Economia, Paulo Guedes, informações sobre a implementação do Projeto Plantando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste (Planting Climate Resilience in Rural Communities of the Northeast, PCRP), do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (International Fund for Agricultural Development, IFAD) e aprovado pelo Green Climate Fund (GCF).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Economia, Paulo Guedes, informações sobre a implementação do Projeto Plantando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste (Planting Climate Resilience in Rural Communities of the Northeast, PCRP), do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (International Fund for Agricultural Development, IFAD) e aprovado pelo Green Climate Fund (GCF).

Nesses termos, requisita-se:

1. O estágio da análise está o Projeto “Plantando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste” (*Planting Climate Resilience in Rural Communities of the Northeast*, PCRP).



2. As etapas restantes para implementação do projeto.
3. As etapas já concluídas para implementação do projeto.
4. O cronograma de implementação e execução do projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é atualmente responsável por executar o Projeto “Plantando Resiliência Climática em Comunidades Rurais do Nordeste” (Planting Climate Resilience in Rural Communities of the Northeast, PCRP), apresentado, em dezembro de 2017, pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (International Fund for Agricultural Development, IFAD) e aprovado pelo Green Climate Fund (GCF), em novembro de 2020.

Trata-se de projeto da maior relevância para o semiárido Nordestino e que está sem apresentação de um cronograma emergencial por parte do BNDES.

O Green Climate Fund (GCF) representa um elemento do Acordo de Paris para auxiliar países em desenvolvimento a alcançar suas pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs, da sigla em inglês), que podemos entender como as estratégias de longo prazo de cada país em busca da neutralidade climática. Do valor total de US\$ 202,5 milhões, US\$ 99,5 milhões virão do GCF (US\$ 65 milhões reembolsáveis e US\$ 34,5 milhões de doação), US\$ 30 milhões do IFAD, US\$ 59,3 milhões do BNDES e US\$ 13,7 milhões dos estados em forma de serviços. Os juros anuais variam de 0,75% (GCF) a 1,4% (parcela do IFAD).

O projeto tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva de sistemas agrícolas familiares na região Nordeste brasileira, por meio de três componentes: (i) implementação de sistemas agrícolas resilientes (Climate Resilient Productive Systems, CRPS), (ii) acesso à água e (iii) gestão do

conhecimento. Cerca de 1 milhão de pessoas, ou 250 mil famílias, serão beneficiadas. Destaca-se, também, que o IFAD vem apoiando a região nos últimos 25 anos.

Não há sentido, portanto, em não concluir o trâmite do projeto junto ao GCF e iniciar imediatamente sua implementação, dado, sobretudo, o cenário da crise da pandemia de COVID-19 e a instabilidade econômica no país. Não está claro os motivos para negação de um recurso que já está disponível para este fim desde novembro de 2020. Desde 2019, a agricultura familiar e a agenda ambiental vêm perdendo espaço para seu desenvolvimento. Já em 2019, o Governo renunciou a um recurso de cerca de R\$ 2,9 bilhões do Fundo Amazônia. O orçamento do Ministério do Meio Ambiente é o menor das últimas duas décadas. O total de R\$1,7 bilhão para IBAMA e ICMBio funcionarem em 2021 tem verba 27,4% menor para fiscalização e combate a incêndios dos últimos anos.

Para a região Nordeste a situação é ainda pior. Já no início do Governo, em 2019, o BNDES reduziu a concessão de novos empréstimos para a região. Até julho de 2019, do total de R\$ 4 bilhões em novos empréstimos para governadores e prefeitos de todo o país, menos de dez operações semelhantes foram destinadas a estados e cidades nordestinas que, juntas, totalizavam R\$ 89 milhões, ou cerca de 2% do total. É importante compreender estes números do ano de 2019, sem os efeitos da pandemia ou ainda mais distante da disputa eleitoral de 2022.

Segundo estudo do IBGE, referente a 2017 e 2018, o Brasil voltou ao mapa da fome, que havia diminuído em torno de 80% entre 2002 e 2013, mas voltou a subir nos últimos cinco anos. O levantamento aponta que 10,3 milhões de pessoas passam fome no país. Com a pandemia, esse panorama pode se agravar ainda mais. Segundo a ONU, o total de famintos no planeta pode dobrar por conta dos efeitos da pandemia.

Nesse sentido, cabe lembrar que, conforme dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. Além disso, a atividade gera empregos e distribui riquezas. Em termos comparativos, conforme Censo Agropecuário do IBGE de 2017, 33% dos produtores rurais do Brasil concentram 77% da área total de propriedades rurais. Por outro lado, 67% dos produtores são familiares, com propriedades de até 4 módulos fiscais de área, e ocupam apenas 23% da área produtiva.

O Nordeste brasileiro encontra-se em um cenário ainda mais preocupante. Ainda referente ao estudo supracitado do IBGE, a região concentra um valor proporcional a 47,9% da concentração da pobreza no Brasil, ou seja, quase metade de toda a pobreza no país.

Além disso, a região é acometida de impactos relacionados à mudança do clima global. Conforme dados apresentados no referido projeto IFAD, “é possível identificar um aumento na temperatura de 1901 a 2000 de cerca de 0,8 ° C no Nordeste brasileiro. Uma análise dos eventos de seca na região, de 1981 a 2016, revela que a intensidade da seca tem aumentado nos últimos 36 anos, e que as secas recentes têm sido mais frequentes, mais graves e afetam uma área maior, com impacto significativo na população e nas atividades econômicas. A região deverá experimentar um novo aumento de temperatura de 0,5–2,0 °C no período de 2011–2040 em comparação ao período de referência de 1961–1990. Apesar do aumento da precipitação no verão, o ciclo anual projetado mostra uma redução média anual da precipitação. Além disso, um aumento no número de dias secos consecutivos e ampla variabilidade climática são características comuns nessas e em outras simulações para a região”.

Tem-se, portanto, um cenário de urgência para alocação deste tipo de ação no Nordeste brasileiro. A morosidade na implementação deste projeto só traz

prejuízos à população nordestina, em especial, e ao país como um todo, mostrando a má vontade em trazer desenvolvimento, equilíbrio ecológico e justiça social.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2021.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

